

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**O EFEITO DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE AS NORMAS DO BANCO CENTRAL DO
BRASIL E IFRS NO CONSERVADORISMO DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DOS BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA.**

LUCILENE DE FÁTIMA CRUZ

CURITIBA

2014

LUCILENE DE FÁTIMA CRUZ

**O EFEITO DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE AS NORMAS DO BANCO CENTRAL DO
BRASIL E IFRS NO CONSERVADORISMO DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DOS BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA.**

Monografia apresentado à disciplina Metodologia do Trabalho Científico do curso de Especialização em Contabilidade e Finanças, Departamento de Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Márcia Bortolucci Espejo

CURITIBA

2014

RESUMO

Diversos estudos buscaram analisar o impacto do processo de convergência nas empresas não financeiras, no entanto desde 2010, as instituições financeiras têm elaborado suas demonstrações em dois padrões – o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e a Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). O propósito deste estudo foi identificar qual foi o impacto econômico financeiro que as divergências entre IFRS e as normas do Banco Central causaram nas demonstrações financeiras. A realização das análises teve por base as demonstrações financeiras de 2011 a 2013 de seis bancos que se adequaram a pesquisa por possuir uma carteira acima de um milhão de clientes e divulgarem suas demonstrações consolidadas em IFRS e Local. Foram selecionados indicadores representativos dos blocos de análise proposto por ASSAF NETO, para os quais foram calculados os indicadores dos blocos de solvência e liquidez, capital e risco, rentabilidade e lucratividade. Os resultados foram bem conclusivos ao evidenciar a diferenças entre as normas contábeis IFRS e BRGAAP. Assim identificou quase que na maioria dos bancos analisados, que as demonstrações IFRS são mais conservadoras em relação ao BRGAAP. No entanto quando se avalia resultados, é notório perceber que a contabilidade brasileira divulga resultados mais conservadores, o que pode ser facilmente explicado quando se analisa a classificação dos ativos, critério estipulado pelas normas do BACEN e que é utilizado na constituição da PECLD. Por fim as análises evidenciaram que as normas contábeis internacionais causam impacto, diretamente na estrutura do balanço e classificação das contas, distorcendo os resultados dos indicadores quando comparado pelo balanço BRGAAP.

ABSTRACT

Various studies tried to analyze the process impact of convergence non - financial companies, however since 2010; the financial corporations have prepared their statements on two stands – the Accounting National Financial System Institutions (COSIF) and the International Financial Reporting Standards (IFRS). The purpose of this study was to identify what was the economic and financial impact of the divergence between IFRS and the rules of Central Bank of Brazil caused the financial statements. The analysis was based on financial demonstration from 2011 a 2013 of six banks that suited the research by having a portfolio of over one million customers and disclose its consolidated financial statements in IFRS and local. Representative indicators were selected for analysis blocks proposed by ASSAF NETO, for which we calculated the indicators of solvency blocks and liquidity, capital and risk, returns and profitability. The results were very conclusive to show the differences between the accounting standards IFRS and BRGAAP. Once identified almost in most of the analyzed banks, the IFRS statements are more conservative relative to BRGAAP. However when evaluating results, it is clear notice that the Brazilian accounting discloses more conversationalists results, which can be easily explained when analyzing the classification of assets, the criterion stipulated by the Central Bank standards and is used in the formation of PECLD. Finally the analysis showed that international accounting standards impact directly on the balance sheet structure and classification of accounts, distorting the results of indicators compared by Brazilian GAAP balance sheet.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Contextualização do Problema	6
1.2 Objetivos	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.2.2 Objetivos específicos	8
1.3 Justificativa.....	8
1.4 Estrutura da Monografia.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Sistema Financeiro Nacional.....	10
2.2 Contabilidade das Instituições Financeiras	11
2.3 Classificação das contas.....	14
2.4 Demonstrações Consolidadas no Padrão do IASB.....	19
2.5 IFRS- Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade	20
2.6 IFRS aplicado nas Instituições Financeiras.....	22
2.7 Análise Financeira das Demonstrações Contábeis.....	26
2.8 Conservadorismo Contábil nas demonstrações Financeiras	30
3 METODOLOGIA.....	32
3.1 Tipologia de Pesquisa.....	32
3.2 População e Amostra.....	33
4 ANÁLISE DO RESULTADO.....	36
4.1 Indicadores Financeiros	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6 REFERÊNCIAS	47
7 APÊNDICE	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema

As normas brasileiras de contabilidade encontra-se em harmonização aos padrões internacionais desde meados de 2010, o que foi considerada, por muitos autores, um grande avanço na evolução da contabilidade, tendo em vista que os padrões internacionais buscam melhorar a informação e deixá-la mais comparável e transparente.

O Brasil, assim como diversos outros países já adotam, em sua totalidade, as normas internacionais que teve seu início com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) cuja finalidade é emitir pronunciamentos alinhados ao IFRS. A criação do CPC no Brasil, segundo Martins et al. (2007), foi uma forte iniciativa para adesão do Brasil ao padrão contábil aceito internacionalmente.

Todas as companhias abertas brasileiras, bem como as Instituições financeiras foram obrigadas a publicar demonstrações consolidadas em IFRS a partir de 2010. Embora que a alteração de vários dispositivos da Lei nº 6.404/76 modificada pela publicação da Lei no 11.638/07, trouxe aspectos contábeis em conformidade com as IFRS e as empresas já começaram a se adaptar.

Em se tratando das Instituições Financeiras, alvo desse estudo, além da implementação do IFRS, elas tiveram que adaptar-se às normas do Banco Central do Brasil.

A contabilidade das Instituições Financeiras tem peculiaridade a serem seguidas, elas estão sujeitas à supervisão do Banco Central do Brasil, as leis e regulamentos específicos. O Conselho Monetário Nacional através da Lei nº 4.595/64 tem competência para expedir normas gerais de contabilidade para o setor financeiro, a Lei nº 6.385/76 reforça essa competência. Tal conjuntura legal permite ao Banco Central do Brasil impedir a adoção plena do IFRS por parte das Instituições Financeiras, salvo as demonstrações consolidadas das grandes empresas que por sua vez devem divulgar mais de um demonstrativo financeiro.

As companhias abertas não financeiras, reguladas pela comissão de valores mobiliários (CVM), são obrigadas a seguir, tanto para o balanço individual como

para o consolidado, todas as determinações emitidas pelo CPC que seguem as normas IFRS. Por outro lado, o uso do IFRS não vale para balanços individuais das Instituições financeiras, já que estas continuam a seguir as normas do órgão regulador, BACEN (Cosif), que por sua vez tem suas divergências com as normas internacionais.

Assim, o Banco Central exige a divulgação de dois demonstrativos financeiros desde o exercício de 2010, o balanço consolidado para as grandes empresas e o individual para todas, que devem ser publicados separadamente.

Dentro desse contexto, é válido afirmar que as demonstrações contábeis consolidadas dos bancos em IFRS são passíveis de divergências no aspecto econômico financeiro quando comparadas ao padrão contábil exigido pelo órgão regulador.

Com base no exposto, esse estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: ***Qual é o impacto econômico financeiro que as divergências entre as normas Internacionais de Contabilidade x Norma do Banco Central causam nas Demonstrações Contábeis de Instituições Financeiras de capital aberto e com mais de um milhão de clientes?***

Esse estudo tem o propósito de analisar os impactos que a adoção do IFRS gerou nos resultados financeiros, tendo em vista a importância das Companhias financeiras no mercado de capitais desde a crise financeira de 2008, podendo também ajudar no entendimento da influência das características contextuais nesse aspecto.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar o impacto das divergências entre os demonstrativos à base das Normas Internacionais de Contabilidade x Normas do BACEN nas Instituições Financeiras listadas na bolsa de valores do Brasil (BM&FBOVESPA).

1.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste trabalho que, alcançados, direcionarão a pesquisa ao objetivo geral:

- Identificar as instituições financeiras brasileiras que possuem ações na bolsa de valores do Brasil;
- Buscar, na literatura, as normas internacionais de contabilidade que são adotadas pelas instituições financeiras;
- Identificar as divergências entre as normas do Banco Central e as Normas Internacional de Contabilidade;
- Demonstrar por meio da análise de indicadores financeiros, os impactos econômicos causados pela divergência nas Demonstrações Financeiras.

1.3 Justificativa

Considerando que o processo de harmonização das normas contábeis aos padrões internacionais, começou a ser adotado obrigatoriamente pelas empresas de capital aberto desde meados de 2010, é de grande importância o estudo do tema quando se trata das Instituições Financeiras.

Academicamente, este estudo busca contribuir como complemento para pesquisas já concluídas, relacionadas ao impacto do IFRS nas empresas financeiras, já que vai além de demonstrar os impactos das normas internacionais nas demonstrações contábeis, procurando entender a não adoção de determinadas normas quando comparadas aos normativos do Banco Central.

No contexto brasileiro, Farias et al.(2014) destacam que os estudos acerca dos efeitos da adoção do IFRS, são mais evidentes em empresas não financeiras, já que o impacto causado nessas, são maiores do que as instituições financeiras, devido às alterações previstas nas normas do Banco Central.

Dentro desse contexto esse estudo justifica-se para um melhor entendimento das Normas Internacionais quando comparadas às normas do Banco Central do Brasil, tendo referencias a qualidade da informação contábil explicita nas demonstrações contábeis das Instituições Financeiras, bem como avaliar o impacto que tais divergências causam no resultado dos bancos.

1.4 Estrutura da Monografia

Serão objetos desse estudo somente as instituições financeiras que possuem mais de um milhão de clientes de capital aberto, assim, embora possa ser UTI a diversas empresas, ficará essa pesquisa centrada em Bancos Esse estudo está organizado em cinco seções, após essa introdução, da seguinte forma:

Seção 2 – apresenta-se nessa seção o referencial teórico da pesquisa detalhando os assuntos sobre: o Sistema Financeiro Nacional, os bancos e a contabilidade bancária, o IFRS como conceito geral, bem como o específico para as Instituições financeiras. Além disso, apresenta-se também uma visão geral sobre as análises das demonstrações financeiras, e as operações de crédito.

Seção 3- nessa seção é descrito o procedimento metodológico aplicado à pesquisa, composta pelo tipo de pesquisa quanto ao objetivo e quando ao modo, bem como são apresentados também a amostra desse estudo e o indicadores a utilizados.

Seção 4- são revelados nessa seção, os estudos e comparativos e analises dos dados encontrados a partir das demonstrações financeiras das instituições financeiras escolhidas.

Seção 5 – Por fim, são realizadas as conclusões do estudo e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sistema Financeiro Nacional

De acordo com Fortuna (2010), pode-se afirmar que em um conceito abrangente, o Sistema Financeiro é um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores.

Por meio do Sistema Financeiro Nacional, existe a relação entre agente superavitário e o agente deficitário. A relação entre o agente superavitário e deficitário é responsável por financiar o crescimento da economia (ASSAF NETO 2003).

Ainda segundo Assaf Neto (2003), o Conselho Monetário Nacional é o órgão máximo do SFN. Fortuna (2010) descreve as competências do CMN como sendo:

- Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- Regular o valor interno da moeda, prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna e externa;
- Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos do país;
- Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, de forma a tornar mais eficiente o sistema de pagamento e mobilização de recursos;
- Zelar pela liquidez e pela solvência das Instituições Financeiras (IF).

A partir dessas funções o CMN fica responsável por todo um conjunto de ações específicas, sendo destaque: autorizar a emissão de papel-moeda, aprovar orçamentos monetários preparados pelo BACEN; fixar diretrizes e normas da política cambial; determinar as taxas de recolhimento compulsório pelas instituições financeiras; regular as operações de redesconto de liquidez; outorgar ao banco central, o monopólio de operações de câmbio quando o balanço de pagamento exigir e regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização de todas as instituições financeiras que operam no país.

Dentro do sistema financeiro, e ainda de acordo com Fortuna (2010), existe o Banco Central do Brasil, criado para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro, sendo responsável por cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN.

Devido às suas atribuições, o BACEN, pode ser considerado, conforme relata Fortuna (2010), como sendo:

- Banco dos bancos (Depósito compulsório; redesconto de liquidez).
- Gestos do SFN (Normas; Autorizações; Fiscalizações; Intervenção).
- Executor da Política Monetária (Taxa SELIC; Orçamento Monetário).
- Banco Emissor (Emissão do meio circulante; Saneamento do meio circulante).
- Banqueiro do Governo (Financiamento ao Tesouro Nacional)
- Centralizador do fluxo cambial (Normas/Autorizações/Registros/Intervenção).

Por fim, é por meio do Banco Central que o estado intervém diretamente no sistema financeiro. Como autoridades de apoio, o Sistema Financeiro Nacional conta ainda com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF) e por fim o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

2.2 Contabilidade das Instituições Financeiras

Conforme Assaf Neto (2003) sugere, as instituições financeiras bancárias se caracterizam como aquelas que se permite a criação de moedas por meio do recebimento de depósito a vista, operando basicamente com ativos financeiros monetários que representa os meios de pagamento da econômica e são constituídos por bancos comerciais e múltiplos.

De acordo com Niyama e Gomes (2012), as instituições denominadas bancárias estão autorizadas a exercer atividade com operações: ativas, passivas, especiais, acessórias e de prestação de serviço. Destacam-se como principais, as aplicações em títulos e valores mobiliários, operações de crédito, captação de

depósitos a vista, de poupança e a prazo, gestão de recursos de terceiros, cobrança e recebimento e pagamentos por conta de terceiros. (NIYAMA, GOMES, 2012)

As instituições financeiras e demais empresas integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), devido a captarem recursos de poupança, possuem uma maior responsabilidade perante a sociedade quanto aos seus atos, devendo assim:

- a) Ser controladas e supervisionadas pelas autoridades de supervisão bancária;
- b) Ter suas demonstrações contábeis padronizadas com regras específicas para sua elaboração, remessa ao Banco Central e publicação obrigatória na imprensa. (NIYAMA e GOMES, 2005, p.163).

O Sistema Financeiro Nacional não é um órgão e sim um conjunto de instituições financeiras, que regulamenta, fiscaliza e executa as operações necessárias à circulação da moeda e do crédito na economia. É formado por dois subsistemas, o primeiro é o normativo, composto por: Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Instituições Especiais (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal).

O objetivo do SFN é estabelecer as regras e diretrizes de funcionamento, além de definir os parâmetros para a intermediação financeira e fiscalizar a atuação das instituições operativas. O segundo subsistema é o operativo, constituído pelas instituições que atuam na intermediação financeira e tem como função operacionalizar a transferência de recursos entre fornecedores de fundos e os tomadores de recursos. (FEBRABAN, 2012).

As instituições financeiras, assim como as demais empresas, também são obrigadas a elaborar seus demonstrativos, no entanto fazem-nos conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado com o objetivo de uniformizar os registros e a consolidação das informações pelas instituições financeiras.

O COSIF, conforme descrevem Niyama e Gomes (2005), foi criado pelo Banco Central por meio da circular nº 1.273, de 29.12.87 e tem como objetivo uniformizar os registros, a divulgação dos dados das Instituições Financeiras, devendo expressar com fidedignidade e clareza a real situação das mesmas que tem maior responsabilidade perante a sociedade, quanto a seus atos praticados, como captar recursos de poupança.

A estrutura do COSIF é estruturada em capítulos, Normas Básicas, elenco de contas e documentos. Conforme Niyama e Gomes (2005) no capítulo de normas básicas contem os procedimentos contábeis específicos que devem ser obedecidos e seguidos pelas instituições, destacando as principais considerações sobre cada grupo de contas.

O capítulo de elenco de contas, refere à uniformidade dos registros nas contas do Balanço Patrimonial e capítulo de documentos retrata os modelos de documentos, elaboração e publicação exigidas pelo Banco central.

Os capítulos são hierarquizados na ordem de apresentação, assim na dúvida entre Normas Básicas e Elemento de contas, prevalece Normas Básicas (BACEN).

É competência do Conselho Monetário Nacional, expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras. Tal competência foi delegada ao Banco Central do Brasil por meio de uma reunião em 1978.

Cabe ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores a expedição de normas para avaliação dos valores mobiliários registrados nos ativos das sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários. (BACEN; Circular 1.273).

A escrituração deve ser completa, mantendo-se em registros permanentes todos os atos e fatos administrativos que modifiquem ou venham a modificar, imediatamente ou não, sua composição patrimonial. (BACEN; Circular 1.273).

A par das disposições legais e das exigências regulamentares específicas atinentes à escrituração, observam-se, ainda, os princípios fundamentais de contabilidade, cabendo à instituição: (Circ. 1273, Res. 4007).

- a) adotar métodos e critérios uniformes no tempo, sendo que as modificações relevantes devem ser evidenciadas em notas explicativas, quantificando os efeitos nas demonstrações financeiras, quando aplicável;
- b) registrar as receitas e despesas no período em que elas ocorrem e não na data do efetivo ingresso ou desembolso, em respeito ao regime de competência;
- c) fazer a apropriação mensal das rendas, inclusive mora, receitas, ganhos, lucros, despesas, perdas e prejuízos, independentemente da apuração de resultado a cada seis meses;

d) apurar os resultados em períodos fixos de tempo, observando os períodos de 1º de janeiro a 30 de junho e 1º de julho a 31 de dezembro;

e) e) proceder às devidas conciliações dos títulos contábeis com os respectivos controles analíticos e mantê-las atualizadas, conforme determinado nas seções próprias deste Plano, devendo a respectiva documentação ser arquivada por, pelo menos, um ano.

A forma de classificação contábil de quaisquer bens, direitos e obrigações não alteram, de forma alguma, as suas características para efeitos fiscais e tributários, que se regem por regulamentação própria.

2.3 Classificação das contas

Ainda tendo como referencia as circulares 1273; resolução 3617 art. 1º e 2º; resolução 3642 art.1º; do BACEN, no Ativo - a conta dispõe-se em ordem decrescente de grau de liquidez, nos seguintes grupos:

ATIVO	PASSIVO
1 - CIRCULANTE REALIZAVEL A LONGO PRAZO 1.1 Disponibilidades 1.2 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 1.3 Títulos e Valores Mobiliarios e Instrumentos Financeiros Derivativos 1.4 Relações Interfinanceiras 1.5 Relações Interdependencias 1.6 Operações de Crédito 1.7 Operações de Arrendamento Mercantil 1.8 Outros Créditos 1.9 Outros valores e bens	4 - CIRCULANTE EXIGIVEL A LONGO PRAZO 4.1 Depósitos 4.2 Obrigação por Operações Compromissadas 4.3 Recursos e Aceites cambiais , Letras e Hipotecarias , Debêntures e Similares 4.4 relações Interfinanceiras 4.5 relações Interdependencias 4.6 Obrigações por Empréstimos e Repasses 4.7 Instrumentos Financeiros Derivativos 4.9 Outras Obrigações 5 - RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS 5.1 Receita de Exercícios Futuros 6 - PATRIMONIO LIQUIDO 6.1 Patrimonio Liquido 6.2 APE - Patrimonio Social 6.4 Participação de Não Controladores 7 - CONTAS DE RESULTADOS CREDORES 7.1 Receitas Operacionais 7.3 Receitas não Operacionais 7.8 Rateio de Resultados Internos 7.9 Apuração de Resultado 8 - CONTAS DE RESULTADOS DEVEDORAS 8.1 Despesas Operacionais 8.3 Despesas não Operacionais 8.8 Rateio de Resultados Internos 8.9 Apuração de Resultado 9 - COMPENSAÇÃO 9.0 Compensação 9.1 Classificação da Carteira de Crédito
2 - PERMANENTES 2.1 Investimentos 2.2 Imobilizado em uso 2.3 Imobilizado de arrendamento 2.4 Diferido 2.5 Intangível	
3 - COMPENSAÇÃO 3.0 Compensação 3.1 Classificação da Carteira de Crédito	

Quadro 1 – Plano de Contas

Fonte: Adaptado de BACEN (2014)

No que se refere aos critérios de avaliação e apropriação contábil, Niyama e Gomes (2012) afirmam que independente das operações contratadas seja pós-

fixada ou flutuante, o critério é o do custo histórico como base de valor, salvo quando se trata de títulos e valores mobiliários classificados como 'disponíveis para venda, e para negociação e ainda quando se tratar de instrumentos financeiros derivativos.

Ainda segundo Niyama e Gomes (2012, p.23) , quando se tratar de operações com clausula de ajuste cambial , essas serão contabilizadas em moeda nacional, os ajustes decorrentes de variação cambial, serão apropriados mensalmente ao resultado de acordo com seu prazo.

Tendo em vista que basicamente a atividade das instituições financeiras se baseia em captar recurso através dos depósitos à vista e a aplicação desse recurso captado através das operações de credito.

As operações de crédito são as principais aplicações de recursos captados pelas Instituições Financeiras, representando a principal fonte de receita, conforme descrevem Niyama e Gomes (2012). As operações devem ser classificadas de acordo com o exposto no site do BACEN (2010), segundo a aplicação dada aos recursos quanto a sua modalidade ou tipo de operação e a atividade do tomador de crédito.

Dentro desse contexto, é notório que o risco de crédito para as instituições financeiras torna-se alto. Assim de acordo com o normativo do BACEN, as operações de crédito devem ser classificadas em ordem crescente de risco estabelecido em: AA, B, C, D, E, F, G e H.

Em conformidade com a resolução BACEN (Res.Nº 2.682), a classificação de risco é base para as regras da constituição e provisão para creditos de liquidação duvidosa. Mensalmente por ocasião dos balancetes, deverá ser revista essa classificação em função do atraso no pagamento da parcela de principal ou encargos conforme os dias de atraso.

- a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
- b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;
- c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
- d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
- e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
- f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo.
- g) atraso superior a 180 dias: risco nível H (BACEN, RES.2.682).

Com base na classificação de risco, a resolução nº 2.682 através do art.9º Lei. 4.595/64 Art. 6º prevê a provisão para créditos liquidação duvidosa a ser constituída mensalmente.

I- 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;

II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;

III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;

V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;

VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;

VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;

VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

Para as operações classificadas no nível de risco H o BACEN estabelece que sua contabilização deverá ser efetuada da seguinte forma:

... deve ser transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias, não sendo admitido o registro em período inferior. A operação classificada na forma deste item deve permanecer registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. (BACEN, 2010)

Por fim, ainda conforme normativo do BACEN, as demonstrações financeiras e contábeis são obrigatórias, observando o elenco de contas constante dos respectivos modelos, complementadas por notas explicativas e outras informações,

sempre que necessárias ao completo esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados.

Deverá ser apresentado:

a) mensalmente, no último dia do mês:

- Balancete Patrimonial Analítico;
- Estatística Bancária Mensal;
- Estatística Bancária Global;
- Estatística Econômico-Financeira;
- Balancete Patrimonial;

b) em 30 de junho:

- Balancete Patrimonial Analítico;
- Estatística Bancária Mensal;
- Estatística Bancária Global;
- Estatística Econômico-Financeira;
- Balanço Patrimonial Analítico;
- Balanço Patrimonial;
- Balanço Patrimonial Analítico Consolidado
- Demonstração do Resultado do Semestre;

c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre em 31 de dezembro:

- Balancete Patrimonial Analítico;
- Estatística Bancária Mensal;
- Estatística Bancária Global;
- Estatística Econômico-Financeira;
- Balanço Patrimonial Analítico;
- Balanço Patrimonial;
- Balanço Patrimonial Analítico Consolidado
- Demonstração do Resultado do Semestre;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício.

Além das demonstrações contábeis, é obrigatória a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), observando-se o Pronunciamento Técnico 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 03). (Res 3604 art. 1º).

Em se tratando da publicação, é obrigatória a publicação das demonstrações financeiras, a partir da data de publicação da autorização para seu funcionamento no Diário Oficial. (Circ. 2039 art. 1º)

As demonstrações financeiras de 30 de junho e 31 de dezembro devem ser publicadas acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente e do Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período. (Circ. 2804 art. 2º § 2º)

As demonstrações financeiras relativas às datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro devem ser publicadas de forma comparada com as do período anterior, cabendo observar: (Circ. 2804 art. 3º; Res 3604 art. 5º).

a) data-base de 30 de junho:

I - Balanço Patrimonial: posição semestral comparada ano a ano;

II - Demonstração do Resultado e Demonstração das Mutações no Patrimônio líquido: primeiro semestre do ano corrente comparado com o primeiro semestre do exercício anterior;

b) data-base de 31 de dezembro:

I - Balanço Patrimonial: posição anual comparada ano a ano;

II - Demonstração do Resultado e Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido: além das demonstrações referentes ao segundo semestre, são publicados se as do exercício corrente comparadas com as do exercício anterior, sendo que as demonstrações podem ser apresentadas em três colunas, de modo que a primeira corresponda ao segundo semestre e as outras duas, ao exercício corrente e ao anterior, respectivamente.

Juntamente com as demonstrações financeiras devem ser publicadas também as Notas Explicativas e Quadros Suplementar, conforme exemplos: (Circ. 1273).

a) resumo das principais práticas contábeis:

b) os critérios e procedimentos de realização da reserva de reavaliação e os respectivos efeitos na base de cálculo de distribuição de participações, dividendos e bonificações.

d) os lucros não realizados financeiramente decorrentes das vendas de bens a prazo a sociedades ligadas;

e) ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, garantias prestadas pela instituição a terceiros e outras responsabilidades eventuais e contingentes (natureza, valor e contragarantias);

f) capital social

g) ajustes de exercícios anteriores,

h) cálculo de lucro por ação e montante do dividendo por ação

i) créditos compensados como prejuízo

2.4 Demonstrações Consolidadas no Padrão do IASB

De acordo com o IASB, a posição financeira dos resultados das operações, bem como suas mutações do grupo empresarial como um todo é de grande interesse aos usuários das informações das demonstrações contábeis das companhias, assim para atender a essa demanda torna-se essencial as demonstrações contábeis consolidadas, já que apresentam as informações financeiras do grupo como se fosse uma única empresa, sem considerar as limitações legais das empresas do grupo. Sendo assim o IASB entende que apresentar as demonstrações contábeis consolidadas fornecem informações mais úteis e significativas a seus usuários quando comparadas a aquelas fornecidas pelas demonstrações contábeis individuais.

Conforme determina a Res. 3786 art1º, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation)*.

Devem ainda ser divulgadas acompanhadas do parecer da auditoria independente com sua opinião acerca da adequação de tais demonstrações aos pronunciamentos emitidos pelo IASB.

2.5 IFRS- Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade

O processo de convergência ao IFRS no Brasil começou há mais de uma década, porém só pode ser efetivado após a promulgação da Lei n.11.638/07, que prevê a desvinculação das normas fiscais e societárias e torna obrigatória a convergência.

A adoção de um novo padrão implica em diversas mudanças na forma de evidenciação, mensuração e divulgação de fatos contábeis, gerando impactos na situação econômica financeira da empresa. Assim, conforme Costa apud Ball et al (2003); a adoção de padrões contábeis de maior eficiência pode ser uma condição necessária para a aquisição de informações mais claras e com qualidades, mas não necessariamente suficientes.

A estrutura legal de cada país, as importâncias do mercado de capitais, as normas dos órgãos reguladores, podem retardar ou até mesmo impossibilitar a convergência ao IFRS. (COSTA apud ATWOOD et al, 2010).

Mundialmente foram realizados diversos estudos que avaliaram os impactos gerados pela adoção as normas internacionais, os resultados variam de acordo com cada país e a legislação aplicada. (FARIAS PONTES et al 2014).

Segundo Leite (2004), a convergência entre as normas brasileiras e as normas contábeis internacionais proporciona condições para:

- Melhorar a transparência, a compreensão e a comparabilidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas brasileiras, por meio das demonstrações contábeis, aos diferentes mercados financeiros internacionais;
- Reduzir os gastos das empresas de capital aberto com a elaboração, divulgação e auditoria das demonstrações contábeis a partir da utilização de um padrão internacional de normas contábeis;
- Viabilizar investimentos diretos estrangeiros e o desenvolvimento do mercado de capitais doméstico;
- Facilitar o processo de consolidação das demonstrações contábeis;
- Melhorar a comunicação financeira da empresa com seus investidores nacionais e estrangeiros.

Segundo Niyama (2007), a harmonização é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas.

Em se tratando das instituições financeiras, o BACEN por meio do comunicado n 14259/2006 obrigou, sob sua regulação a adotarem a IFRS até o ano de 2010. É valido lembrar que os primeiros passos para a convergência contábil no Brasil foram dados a partir de 2005 com a criação, do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), cujo objetivo de promover a convergência internacional das normas contábeis e centralizar a emissão de normas dessa natureza no Brasil.(CFC, 2005).

Ainda dentro desse contexto, os pronunciamentos são analisados, traduzidos e elaborados pelo CPC e posteriormente são transformados em normas, pelos órgãos públicos, tais como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e o BACEN, ou pelo órgão privado, como o CFC que emitem suas resoluções acatando e determinando o seguimento desses pronunciamentos por todos os seus subordinados.

Com referencia às instituições financeiras, objeto desse estudo, e já mencionado anteriormente, essas devem divulgar suas Demonstrações financeiras no padrão BR GAAP de acordo com as diretrizes contábeis da Lei das sociedades anônimas (Lei n. 11.638/07) e também em conformidade com os normativos do BACEN, Susep e CVM. É obrigatório também as empresas divulgar demonstrações consolidadas no padrão IFRS, em consonância ao comunicado n 14259 do BACEN sob a exigência da CVM, ainda que muitas empresas financeiras, ainda divulgam seus demonstrativos nas versões US GAAP visando atender aos investidores externos.

Logo, as demonstrações divulgadas pelas instituições financeiras segundo o BACEN seguem de acordo com o COSIF, baseado nas leis; Lei 4.595/64 (SFN); Lei 11.941/09 (CVM e BACEN); CPC'S. Enquanto que no padrão IFRS, as Demonstrações Financeiras são divulgadas de acordo com as normas internacionais proposta pelo IASB sob a resolução 3.786/09 (CVM); Instrução CVM 485/10 e tem por obrigatoriedade a divulgação anuais das Demonstrações Financeiras.

2.6 IFRS aplicado nas Instituições Financeiras

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central optaram por adotar os padrões contábeis internacionais IFRS em fases diferentes, primeiramente optou-se por exigir a divulgação das demonstrações consolidadas elaboradas de acordo com os padrões internacionais pelas instituições financeiras a partir do exercício de 2010. Em seguida iniciou um processo gradativo de redução da assimetria ainda em curso visando diminuir as divergências entre as normas de contabilidade aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas no COSIF, e as normas aplicáveis às demonstrações elaboradas no padrão IFRS. (IBRACON)

Diferente das empresas não financeiras, que já adotaram em quase sua totalidade os CPCs emitidos, no caso das empresas financeiras, o CMN, responsável por decidir quais pronunciamentos, interpretações e orientações que serão aplicáveis às instituições financeiras, aprovou os seguintes CPCs:

	Pronunciamento Técnico	Data da aprovação	Data da divulgação	IASB	CFC Resolução	CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro	2/12/11	15/12/11	Framework	1.374/11 NBC TG Estrutura Conceitual	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	6/8/10	7/10/10	IAS 36	1.292/10 NBC TG 01	3.566/08
CPC 03 (R2)	Demonstração de Fluxo de Caixa	3/9/10	7/10/10	IAS 7	1.296/10 NBC TG 03	3.604/08
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre partes relacionadas	3/9/10	7/10/10	IAS 24	1.297/10 NBC TG 05	3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento baseado em Ações	3/12/10	16/12/10	IFRS 2	1.314/10 NBC TG 10	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	26/6/09	16/9/09	IAS 8	1.179/09 NBC TG 23	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	17/7/09	16/9/09	IAS 10	1.184/09 NBC TG 24	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	26/6/09	16/9/09	IAS 37	1.180/09 NBC TG 25	3.823/09

Quadro 2: Pronunciamentos técnicos
Fonte: cpc.org. br

Niyama e Gomes (2010, p.209) destacam as principais divergências entre o COSIF e os CPC's explicitados a seguir.

Em relação ao CPC 02: efeitos das mudanças nas taxas de cambio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21), o COSIF não utiliza o conceito de

moeda funcional, assim os resultados obtidos pelas instituições financeiras decorrentes de participações societária no exterior só irão para resultado, caso a moeda funcional das empresas no exterior for a mesma da consolidadora.

Já no que trata o CPC 06: Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17), a norma internacional dá preferência a essência econômica da operação ao invés da forma jurídica, classificando as operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, já no Brasil, as operações de leasing estão sujeitas as leis específicas (Lei nº6.099/74 e Lei nº 7.132/83), que determina o registro do bem objeto de arrendamento no ativo das arrendadoras, ocasionado a imediata divergência entre o IFRS e COSIF. (NIYAMA, GOMES, 2010, pg.211).

Ainda de acordo com Niyama e Gomes (2010, p.211) em se tratando do CPC 15: Combinação de Negócios (IFRS 3), as divergências nesse tema são enormes, já que para o IASB, o termo “cisão”, “fusão” não existe, todas as combinações são tratadas como aquisições, e sendo assim deve ser identificado o comprador, bem como os ativos e passivos dessas operações sejam avaliados a valor justo e o eventual *goodwill* positivo é registrado como ativo, e o negativo como ganho. Por fim, no que tange ao CPC 38,39 e 40: Instrumentos Financeiros, reconhecimento e mensuração, Apresentação e evidenciação, respectivamente.

Em relação ao IFRS que impactam diretamente nas entidades financeiras, é importante ressaltar uns dos mais relevantes pronunciamentos , segundo Mourad e Alexandre (2010, p.12), os instrumentos financeiros, apresentados pelo IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Os instrumentos financeiros constituem a maior parte dos ativos e passivos de uma companhia financeira, de acordo com BACEN:

Instrumento financeiro: qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio para outra. (BACEN, 2012).

Eles podem ser classificados como:

b) ativo financeiro:

- Dinheiro;
- Instrumento de capital próprio de outra entidade;
- Direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade;

- Trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis à própria entidade;

- Contrato a ser ou que possa ser liquidado com instrumento de capital próprio da entidade e que seja instrumento financeiro não derivativo para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a receber um número variável de instrumentos de capital próprio da entidade; ou instrumento financeiro derivativo a ser ou que possa ser liquidado por outra forma que não pela troca de um valor fixo em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumento de capital próprio da entidade;

c) passivo financeiro tem a obrigação contratual de:

- Entregar dinheiro ou outro ativo financeiro para outra entidade;

- Trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis à própria entidade;

- Contrato a ser ou que possa ser liquidado com instrumento de capital próprio da entidade e que seja instrumento financeiro não derivativo para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da entidade; ou instrumento financeiro derivativo a ser ou que possa ser liquidado por outra forma que não pela troca de um valor fixo em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumento de capital próprio da entidade;

d) instrumento de capital próprio: qualquer contrato que evidencie interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos;

e) valor justo: quantia pela qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado, entre partes informadas, não relacionadas e em condições de equilíbrio;

f) transferência de controle de ativo financeiro: quando o comprador ou cessionário passa a deter, na prática, o direito de vender ou de transferir o ativo financeiro em sua totalidade, de forma autônoma e sem imposição de restrições adicionais em decorrência da operação original de venda ou de transferência.

O IASB em meados de 2009 emitiu a IFRS 9, substituindo a IAS 39, considerada muito complexa e subjetiva, gerando dificuldade no seu entendimento e aplicação. Apesar de a IFRS objetivar ser mais clara até o momento só foi concluída a primeira fase, que trata de classificação de ativos financeiros e entrará em vigor no

início de 2015, a segunda fase tratará de *Impairment* e a terceira fase de *hedge Accounting*.

De acordo com Muller e Scherer (2012) o IFRS 09 exige que no reconhecimento inicial os ativos sejam categorizados em custo amortizado, ou mensurados a valor justo, eliminando assim as categorias de mantidos até o vencimento, disponíveis para vendas, empréstimos/recebíveis.

O IFRS 07 trata-se de evidenciação de instrumentos financeiros, e exige que as entidades forneçam evidenciações em duas demonstrações contábeis que permitam aos seus usuários avaliar a importância dos instrumentos financeiros para o desempenho da entidade, bem como sua posição financeira. (Muller, Scherer, 2012).

A norma IAS 32 dá uma ênfase à compreensão dos usuários dos relatórios financeiros sobre a importância dos instrumentos financeiros, já que estabelece princípios para a apresentação dos mesmos como passivos ou patrimônio líquido ou para a compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Essa norma aplica-se à classificação de instrumentos financeiros, a partir do ponto de vista do emitente, em ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de patrimônio; à classificação dos respectivos juros, dividendos, perdas e ganhos e às circunstâncias em que ativos financeiros e passivos financeiros devem ser compensados. (FIPECAFI, 2012)

Do ponto de vista do BACEN, a IAS 32 possui divergências em relação às normas aplicáveis às instituições financeiras. Tais divergências são relativas à classificação dos instrumentos financeiros com referencia ao emissor, inicialmente a norma brasileira não apresenta a definição de ativo financeiro, passivo financeiro e patrimônio líquido, ao passo que a norma internacional apresenta. No que se refere aos procedimentos de compensação de ativos e passivos financeiros, a norma brasileira contempla a compensação entre ativos e passivos resultantes de operações de Swaps.

Quanto à classificação dos Instrumentos financeiros, a norma do BACEN (Circular 3.082/2002) prevê o reconhecimento das opções como ativos e passivos, no entanto não faz referencia ao reconhecimento de opções como instrumento de capital, isso implica que as normas brasileiras, não consideram os mesmos critérios utilizados no IAS 32. (BACEN)

No que tange a IFRS 07, o BACEN evidencia que as divergências entre as normas brasileiras e o IFRS 07 referem - se à divulgação de informações sobre as categorias de instrumentos financeiros com a opção de valor justo em especial no caso de passivos financeiros, já que esse ainda não possui ainda regulamentação a nacional específica. Nas normas nacionais, também não há requisitos de divulgação quanto à baixa de passivos, o impacto no resultado decorrente de cada classe de instrumento financeiro e principalmente a divulgação de informações quanto à gestão dos riscos, seja de crédito, liquidez ou de mercado.

2.7 Análise Financeira das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das informações financeiras divulgadas por uma entidade. O conjunto completo de Demonstrações Contábeis compreende balanço patrimonial, a demonstração do resultado do período, a demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, notas explicativas e a demonstração do valor adicionado (CPC 26, 2011).

Segundo Silva (2001), o conceito de Demonstrações Contábeis, representa mais que números e resultados monetários, essa tem por função definir:

Um relacionamento sério e transparente, com os investidores, credores, analistas e demais interessados em conhecer a empresa, é parte do contexto que transcende a esfera contábil e fiscal e atinge uma dimensão ética. As empresas conscientes de seus papéis no relacionamento com acionistas, investidores, credores, fornecedores, clientes, governos e empregados têm procurado cada vez mais municiar esses interessados com informações que sejam facilitadoras de suas tomadas de decisões. (SILVA, 2001, p. 71)

Para Matarazzo (2003), a análise de balanço é um instrumento complementar de tomada de decisão dos gestores, ela é utilizada como auxiliar na formulação de estratégia da entidade, é capaz de fornecer subsídios úteis sobre a rentabilidade, liquidez e índice de rotação do estoque, o que permite um planejamento futuro das ações a ser tomada.

Ludícibus (1998) define a análise de balanços como a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos.

Contribuindo com essa afirmação Matarazzo (2003) comenta:

Ao contrário das demonstrações financeiras, os relatórios de análise devem ser elaborados como se fossem dirigidos a leigos, ainda que não sejam, isto é, sua linguagem deve ser inteligível por qualquer mediano dirigente de empresa, gerente de banco ou gerente de crédito. (MATARAZZO; 2003, p.17)

De acordo com o CPC 26 (CPC 2011), o principal objetivo dos relatórios contábeis é proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.

Faz parte do escopo das Demonstrações ainda segundo o Pronunciamento Técnico CPC 26 (CPC, 2011) apresentar os resultados da atuação da administração da entidade em face de seus deveres e responsabilidades na gestão dos recursos que lhes foram confiados.

Por lei as empresas de capital aberto são obrigadas a divulgar suas demonstrações contábeis e financeiras para toda sociedade. Para Goulart (2008), as demonstrações contábeis têm o poder de diminuir a assimetria informacional entre os acionistas e os administradores, tal assimetria ocorre quando os usuários internos (gestores) possuem acesso a muitas informações que não estão disponíveis para os usuários externos.

As demonstrações contábeis são úteis, por exemplo, para as instituições financeiras que necessitam verificar a situação da empresa antes de conceder-lhe um empréstimo, para o mercado tomar conhecimento da situação econômico financeiro de uma empresa. Os investidores também utilizam os dados para determinar se é interessante investir na empresa.

Os relatórios financeiros oferecem uma serie de dados que permitem verificar a saúde financeira da empresa, no entanto tais dados precisam ser transformados em informações para obter se uma análise correta, nesse sentido se faz necessária a análise das demonstrações contábeis.

Segundo Assaf Neto (2002 121):

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

A análise de balanços deve ser entendida dentro de suas possibilidades e limitações, tendo uma visão investigativa, identificando problemas e uma visão de controle de indicadores para a administração (IUDÍCIBUS, 2008).

Conforme explicitam Assaf Neto e Bonizio (2010) são diversos os usuários com interesses distintos da análise de demonstrações contábeis, sendo apresentados os diversos usuários com interesses diferentes:

Usuário	Interesse
Fornecedores	Interessados na capacidade de pagamento (liquidez) da empresa.
Clientes	Interesse na solidez da empresa (Esse interesse surge apenas em situações especiais, como é o caso do setor de construção civil, pois muitas vezes o nível de comprometimento da construtora com o cliente é alto e essa relação normalmente tem um longo prazo).
Intermediários Financeiros	Interesse na situação e desempenho no curto prazo (capacidade de pagamento) e no longo prazo (solvência e rentabilidade) da empresa.
Acionistas (Sócios)	Interesse na remuneração de seus investimentos.
Concorrentes	Utilização de índices-padrão para fins de comparação com os próprios e poder assim inferir sobre o seu desempenho.
Governo	Interesse na seleção de empresas para concorrências públicas e no conhecimento da situação do desenvolvimento econômico setorial.
Administradores	Interesse nos resultados obtidos com suas decisões operacionais e financeiras.

Quadro 4 – Usuários das Demonstrações Contábeis
Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2012)

Ainda segundo Assaf Neto (2012), a análise das demonstrações contábeis das empresas, pode ter duas abordagens, financeira que tem como foco a situação de caixa e liquidez da empresa, bem como a sua capacidade de geração e manutenção dos dois indicadores e econômica, com foco na situação e capacidade

de geração de resultados, além de permitir que o usuário avalie se a rentabilidade do negócio é compatível com a esperada.

Dentre as técnicas de análise financeira, trataremos nesse estudo a análise por meio de índice/ indicadores.

Silva (2008) destaca que a avaliação por meio de indicadores de desempenho é adequada para análises históricas e também para análises comparativas entre organizações ou períodos. Nesse sentido, percebe-se a importância da utilização de indicadores de desempenho para auxiliar a análise financeira de empresas como instituições financeiras.

Há na literatura, diversos indicadores econômico-financeiros que auxiliam na análise financeira. Alguns autores utilizam diferentes índices, ou formulas, no entanto a maioria dos indicadores são apresentados e utilizados por quase todos os autores.

Iudícibus (1998), Matarazzo (2003) e Silva (2008), apresentam indicadores para análise de organização geral, e em se tratando de Instituições financeiras, Assaf Neto (2012) apresenta os principais indicadores que são abordados em grupos: Solvência e Liquidez, Capital e Risco e Rentabilidade e Lucratividade.

Solvência e Liquidez

Encaixe Voluntário	Disponibilidade/Depósito a vista
Liquidez Imediata	(Disponibilidades+Aplicações Financeiras) /Depósito à vista
Empréstimos sobre Depósitos	Operações de Credito/ Depósitos
Participação dos Empréstimos	Operações de Credito/Ativo Total

Capital e Risco

Independência Financeira	Patrimônio Líquido/ Ativo Total
Relação Capital / Depositante	Patrimônio Líquido/ Depósitos
Imobilização do capital próprio	Ativo Permanente/ Patrimônio Líquido

Rentabilidade e Lucratividade

Retorno sobre o PL	Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido
Retorno s/ o investimento Total	Lucro Líquido/Ativo Total
Margem Líquida	Lucro Líquido/ Receita de Intermediação Financeira
Lucratividade dos Ativos	Receita de Intermediação Financeira/ Ativo Total
Custo Médio de Captação	Despesa financeira de Captação/ Depósito à Prazo
Juros Passivos	Despesa de Intermediação/ Passivo Total
Eficiência	Despesas Operacionais/ Receita de Intermediação Financeira

Quadro 5- Indicadores Financeiros
Fonte: Assaf Neto (2012)

No que se referem às instituições financeiras, os recursos aplicados no ativo geram benefícios econômicos denominados “receitas da intermediação financeira”, enquanto que e os valores registrados no passivo geram “despesas com intermediação financeira”, o spread é gerado em decorrência da à diferença entre estas receitas e despesas. (ASSAF NETO, 2008).

Para identificar a situação financeira e econômica em bancos por meio de índices, Assaf Neto (2008) afirma que é necessária, uma análise diferenciada, sendo os principais índices, Solvência e Liquidez; Capital e Risco; Rentabilidade; Lucratividade, bem como Análise Vertical e Horizontal.

O Fundo Monetário Internacional que tem por função o monitoramento e assistência técnica e financeira divulga um manual denominado *Financial Soundness Indicators (FSI)*, onde apresenta indicadores econômico-financeiros de suma importância nas avaliações de instituições financeiras.

Os indicadores recomendados pelo FMI, muito se baseiam na mesma metodologia de análise defendida por Assaf Neto.

2.8 Conservadorismo Contábil nas demonstrações Financeiras

Rocha et al (2012) sustenta que há fortes críticas feitas a contabilidade por ser extremamente conservadora, o que demonstra não refletir a realidade econômica das empresas, crítica essa ilustrada pelo exemplo da diferença que há entre o valor de mercado versus seu valor contábil (Valor Patrimônio Líquido).

No entanto há defensores da prática do conservadorismo, assim como Watts (2003) e Lopes (2001) que defendem sua utilização baseado na confiabilidade que a informação contábil deve ter, permitindo que sua adoção iniba possíveis comportamentos oportunistas dos gestores.

São diversos os estudos que buscam analisar o impacto do conservadorismo contábil, Amaral, Riccio e Sakata, (2012), afirmam que por meio de estudo bibliométricos, foi identificado que os principais autores de conservadorismo contábil são norte americano, Ball é o autor com maior número de artigos e de citações do tema; e o artigo de BASU (1997), que traz à luz o conservadorismo condicional é o mais referenciado.

Conforme Watts (1993), o conservadorismo originou-se no século XIX, através de contadores de empresas falimentares, que antes de fazer qualquer

distribuição do seu patrimônio precisavam provisionar todas as perdas prováveis que a empresa poderia ter. Já BASU (1997), entende que a origem do conservadorismo vai muito além do século XIX, sendo a contabilidade influenciada por séculos, mostrando que a Europa medieval já era conservadora.

O conservadorismo é responsável por fornecer informações mais confiáveis aos usuários da contabilidade através de demonstrações contábeis que não expressam otimismo excessivo, assim afirma Lopes (2001), Oposto a isso, Hendriksen e Van Breda (1999) opina que o conservadorismo é conflitante com o objetivo da contabilidade de divulgar toda informação relevante.

Ainda sob a ótica de Hendriksen e Van Breda (1999) a incerteza é a base para o conservadorismo incondicional, já que afeta a continuidade das empresas e demanda suposições sobre o futuro.

Faz-se necessário conceituar o conservadorismo, antes de entender qual é a importância desse tema quando se trata de analisar demonstrações contábeis.

BASU (1977) afirma que conservadorismo é Tendência do contador a requerer maior grau de verificação para reconhecer boas notícias do que para reconhecer más notícias nas demonstrações financeiras. Conforme Watts (2003), conservadorismo é o requerimento assimétrico de verificabilidade de ganhos e perdas.

Sabe-se que o processo de convergência ao IFRS no Brasil foi acentuado após a publicação da Lei no 11.638/07, que alterou vários dispositivos da Lei no 6.404/76, e trouxe diversos aspectos contábeis em consonância com as IFRS que foram seguidas pelas empresas já a partir de 2008. Nesse sentido Santos et al (2011) analisaram o efeito da Lei no 11.638/07 no conservadorismo condicional das empresas listadas na BM&FBOVESPA.

Alguns autores como Hellman (2008) acreditam que entre os motivos para a adoção pelos diversos países aos moldes contábeis internacionais, destaca-se o fato de se evitar a aplicação inconsistente e elevada do princípio do Conservadorismo, com o aparecimento de reservas ocultas e com a grande criação de provisões. No Brasil, Filipin et al(2012) através de um estudo que investigava o nível de conservadorismo condicional das empresas brasileiras listadas na Bovespa após adoção do IFRS, identificaram que as demonstrações contábeis elaboradas segundo os IFRS são mais conservadoras do que aquelas que são preparadas de acordo com as normas brasileiras (GAAP brasileiros).

Ainda no que se refere à adoção das normas internacionais Santos e Calixto (2010) identificaram através de estudos que os resultados pela nova norma em média superiores aos apurados pela norma anterior, confirmando o conservadorismo contábil brasileiro.

Em se tratando de Conservadorismo Contábil em empresas financeiras, Brito Lopes e Coelho (2012) através do estudo Conservadorismo nos lucros contábeis dos Bancos no Brasil: A influência do controle estatal, concluíram que os lucros contábeis reproduzidos pelos bancos estatais apresentam maior nível de conservadorismo condicional do que os lucros contábeis reportados pelos bancos privados.

Diante do exposto, percebe-se que há varias pesquisas envolvendo o conservadorismo e que os resultados são dependentes do tipo de regulação, formas de constituição da sociedade, bem como forma de resultado. No entanto todas as pesquisas são unanimes no que quesito de importância do conservadorismo nas demonstrações financeiras e que o uso do conservadorismo contábil na apuração de resultados sempre priorizará os menores valores para o ativo e receitas e os maiores valores para o passivo e despesas.

Em se tratando desse estudo, procura-se identificar através das demonstrações contábeis se o conservadorismo foi identificado nas demonstrações das empresas financeiras após a adoção do IFRS.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia de Pesquisa

Esse trabalho; quanto ao problema; caracteriza-se como uma abordagem quantitativa e qualitativa, já que utiliza de métodos estatísticos para a mensuração de dados e. Quanto ao meio, esse estudo classifica-se como bibliográfica, pois será desenvolvido por meio de material já elaborado, e já tornado pública, classifica também como documental, já que serão analisadas demonstrações financeiras disponibilizados na BM&FBOVESPA. (VERGARA, 2007).

A metodologia quanto ao objetivo será pesquisa descritiva, que segundo Andrade (2002), a pesquisa descritiva, destaca-se a preocupação em observar os

fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem interferência do pesquisador.

Para todas as empresas abrangentes nesse projeto foram calculados índices dos balanços IFRS e BRGAAP referentes aos exercícios de 2011 a 2013. Com isso o conjunto de índices calculados com as demonstrações BRGAAP foi comparado ao conjunto de índices calculados com as demonstrações IFRS ano a ano.

3.2 População e Amostra

A população dessa pesquisa é constituída por 27 Bancos, listados na BMF&BOVESPA em Janeiro de 2014. Das Instituições listadas, observou-se que 20 possuem menos de um milhão de clientes e uma instituição não apresentou o balanço de acordo com as normas internacionais, assim, a amostra desse estudo reuniu os 06 bancos com uma carteira acima de um milhão de clientes, que divulgam as demonstrações consolidadas nos padrões IFRS e Local.

Bancos	Quantidade de Clientes (Milhões)
Banco do Brasil S/A	46.768.267
Itaú Unibanco Holding S/A	41.173.110
Banco Bradesco S/A	26.186.804
Banco Santander S/A	21.807.523
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	3.581.879
Banco Mercantil do Brasil S/A	2.459.485

Quadro 6- Amostra dos Bancos

Fonte – O Autor

A escolha, de maneira intencional, dessa amostra permite uma melhor comparação de resultados econômicos mensurados através da análise financeira de balanço e permite mensurar o impacto que as normas IFRS versus norma do Banco Central causam nos indicadores financeiros das empresas analisadas.

O período de análise, para as companhias financeiras será de 2011-2013 (Demonstrativo padrão normas BACEN) e de 2011-2013 (padrão Normas Internacionais de Contabilidade).

Os dados que serviram de dados para esse estudo foram extraídos das demonstrações contábeis disponibilizados, na CVM, no site do Banco Central e dos próprios bancos. A pesquisa utilizou-se de índices de análise econômico financeiro específico para as instituições financeiras, a apuração e interpretação dos

indicadores econômico-financeiros adotada, teve como referência o modelo de análise proposto por Assaf Neto.

No grupo de solvência e liquidez, serão analisados:

Solvência e Liquidez	
Encaixe Voluntário	Disponibilidade/Depósito a vista
Liquidez Imediata	(Disponibilidades+Aplicações Financeiras) /Depósito à vista
Empréstimos sobre Depósitos	Operações de Credito/ Depósitos
Participação dos Empréstimos	Operações de Credito/Ativo Total

Quadro 7- Indicadores de Análises

Fonte: Assaf Neto (2012)

O encaixe voluntário, conforme apresentado na literatura por Assaf Neto, tem como função auxiliar na identificação da capacidade financeira de um banco cobrir saques contra depósitos no fim do exercício fiscal. Um encaixe alto embora signifique maior segurança financeira a instituições, comprometem os ganhos com aplicações rentáveis em títulos ou empréstimos e financiamentos.

A liquidez imediata reflete o grau de cobertura das principais obrigações financeiras de um banco por aplicações de liquidez. Quanto maior a liquidez imediata melhor à capacidade de liquidez da instituição. Empréstimos para Depósitos: Esse índice mostra que para cada \$1 de recurso captado pela instituição na forma de depósito, quanto foi emprestado. A redução desse índice revela um aumento na capacidade do banco em atender a eventuais saques da conta de seus depositantes.

A participação dos empréstimos, que também facilmente identificada através da análise de balanço horizontal, a participação dos empréstimos segundo Assaf Neto (2012) revela o percentual de ativo total de um banco que se encontra aplicado em operações de crédito. Tendo em vista que empréstimos são ativos de baixa liquidez e, índices elevados de empréstimos em relação aos totais de ativo, mostra baixo nível de liquidez da instituição.

Capital e Risco	
Independência Financeira	Patrimônio Líquido/ Ativo Total
Relação Capital / Depositante	Patrimônio líquido/ Depósitos
Imobilização do capital próprio	Ativo Permanente/ Patrimônio Líquido

Quadro 8- Indicadores de Análises

Fonte: Assaf Neto (2012)

O Bloco de capital e risco é responsável, conforme detalha Assaf Neto (2012), por identificar o volume adequado de capital próprio da instituição, esses indicadores também são adotados pelas autoridades monetárias para definir normas com relação ao capital mínimo que deve ser mantido pelas instituições financeiras.

Assaf Neto (2012), ainda sobre os indicadores bloco Capital e Risco, salienta que é preciso considerar que os resultados desses indicadores não avaliam o risco operacional dos bancos, já que não avaliam a qualidade das aplicações e os riscos assumidos.

Rentabilidade e Lucratividade

Retorno sobre o PL	Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido
Retorno s/ o investimento Total	Lucro Líquido/Ativo Total
Margem Líquida	Lucro Líquido/ Receita de Intermediação Financeira
Lucratividade dos Ativos	Receita de Intermediação Financeira/ Ativo Total
Custo Médio de Captação	Despesa financeira de Captação/ Depósito à Prazo
Juros Passivos	Despesa de Intermediação/ Passivo Total
Eficiência	Despesas Operacionais/ Receita de Intermediação Financeira

Quadro 9 – Indicadores Financeiros

Fonte: Assaf Neto (2012)

Em se tratando do retorno sobre o PL, seu conceito é baseado em fornecer o ganho percentual auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro, ou seja, para cada \$1 investido, identificar qual é o retorno líquido do acionista. Já o retorno sobre o investimento total expõe as oportunidades de negócios acionadas pelos bancos.

Assaf Neto (2012) afirma que o retorno sobre o investimento total, indica o retorno apurado sobre o capital investido. Já no que se refere à Margem Líquida, esse indicador é formado pelos vários resultados da gestão de ativos e passivos dos bancos, o que permite avaliar a intermediação financeira de um banco.

Outro indicador bastante utilizado na análise de balanços de bancos é o índice de eficiência, que objetiva-se analisar sua produtividade por meio da relação entre sua produtividade e as despesas operacionais das instituições com suas receitas de intermediação financeira, quanto menor se apresentar esse índice, mas elevada será sua produtividade.

Dentro desse contexto, esse presente estudo pretende saber:

(a) os indicadores econômico-financeiros dos bancos, calculados a partir das demonstrações contábeis elaboradas segundo as normas do Banco Central, apresentam divergências quando comparados com aqueles obtidos segundo as IFRS;

(b) as demonstrações contábeis produzidas segundo o padrão brasileiro são mais conservadoras que aquelas elaboradas de acordo com o padrão internacional;

(c) há impacto econômico financeiro decorrente das divergências entre os indicadores das instituições, calculados a partir das demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas segundo o padrão contábil internacional versus o padrão contábil brasileiro.

4 ANÁLISE DO RESULTADO

4.1 Indicadores Financeiros

Este capítulo destina-se à análise dos resultados encontrados na investigação do impacto econômico financeiro das divergências entre IFRS e as normas do Banco Central causam nas Demonstrações Contábeis de Instituições Financeiras.

Na tabela 1 é apresentado um comparativo de todos os indicadores financeiros analisados no ano de 2011 para os bancos envolvidos nessa pesquisa.

		BRGAAP 2011						IFRS 2011					
Indicadores		Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Solvência e Liquidez	Encaixe Voluntário	0,15	0,37	0,66	0,33	0,20	0,23	0,80	0,37	2,65	4,86	1,88	2,90
	Liquidez Imediata	2,82	4,38	3,74	3,79	1,03	5,01	2,70	13,88	6,78	10,41	4,91	3,59
	Empréstimos sobre Depósitos	1,10	1,73	0,46	1,23	0,46	0,87	0,97	1,33	1,13	1,16	0,94	1,35
	Participação dos Empréstimos	0,53	0,49	0,12	0,39	0,27	0,59	0,42	0,39	0,34	0,51	0,55	0,76

Quadro 10 – Indicadores Financeiros de Solvência e Liquidez (2011)

Fonte: o autor

No que se refere ao ano de 2011 e no item de Solvência e Liquidez que tem por objetivo evidenciar os recursos próprios de uma instituição oferecidos ao risco de sua atividade, já a liquidez reflete a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda demanda por recursos de caixa. Assaf Neto (2013).

Nesse contexto para e para o ano de 2011, os indicadores pertencentes ao grupo de solvência e liquidez mostraram-se melhores nas normas internacionais à normas do banco central. O Encaixe Total para todas as instituições financeiras foi melhor no IFRS em relação ao BRGAAP, mostrando que pelas normas internacionais os demonstrativos financeiros estão promovendo maior segurança financeira às instituições ,mesmo que comprometendo aplicações rentáveis em empréstimos e financiamento. O Banco que apresentou maior divergência nesse indicador foi o Santander, tendo um índice de 0,32 pelas normas do BACEN contra 4,86 pelas normas internacionais.

Já na liquidez imediata, o banco que mais se destacou foi o Itaú, tendo um aumento de 325% de seu indicador em IFRS quando comparado às normas BRGAAP, isso significa que nas normas internacionais, os recursos disponíveis para cobrir integralmente os depósitos a vista e parte dos depósitos a prazo são mais abundante.

Os indicadores de empréstimos sobre depósitos e participação nos empréstimos houve uma leve oscilação positiva entre as normas contábeis, com destaque para o banco Banrisul que teve a maior oscilação em IFRS. Dentro desse contexto é possível afirmar baseado nos conceitos de Assaf Neto (2012), que todos os bancos analisados em IFRS apresentaram indicador compatível com maiores receitas de juros às instituições e conseqüentemente promovendo maior rentabilidade.

A participação dos empréstimos nas instituições financeiras apresentaram indicadores baixos, conforme Assaf Neto (2012) afirma que esse indicador revela o percentual do ativo total de um banco que se encontra aplicado em operações de créditos que e que quanto mais baixo esse índice, melhor a liquidez das empresas financeiras. Sendo assim todas as empresas financeiras apresentaram uma excelente liquidez, já que em ambas as normas os indicadores ficaram abaixo de 1.

BRGAAP 2011								IFRS 2011					
	Indicadores	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Capital e Risco	Independência Financeira	6,63%	8,38%	7,38%	13,84%	11,63%	7,02%	7,39%	7,94%	8,24%	19,19%	11,80%	5,52%
	Relação Capital / Depositante	13,83%	29,41%	44,51%	19,70%	19,43%	10,36%	17,24%	31,27%	24,21%	44,07%	20,23%	9,82%
	Imobilização do capital próprio	58,93%	16,69%	191,51%	62,01%	14,27%	55,46%	28,69%	13,55%	23,63%	44,55%	7,02%	17,56%

Quadro 11 – Indicadores Financeiros de Capital e Risco (2011)

Fonte: o autor

No grupo Capital e Risco no ano de 2011, as normas do Banco Central do Brasil, bem como as normas brasileiras de contabilidade apresentaram grandes variações, sendo destaque o IFRS que apresentou índices menores em relação ao BRGAAP.

No indicador de Imobilização de capital próprio, e pelas normas brasileiras, todas as instituições apresentaram índices altos de imobilização, tal como o Bradesco que exibiu um índice de 192% de imobilização de seu capital, enquanto que no IFRS esse indicador ficou em 23%.

Assaf Neto (2012) havia comentado que apesar da importância desses indicadores, é importante lembrar que os resultados não avaliam o risco operacional dos bancos e que tendo em vista que a atividade bancária ser altamente sensível as condições econômicas, à políticas monetárias e ao comportamento das taxas de juros estipuladas pelo COPOM, é compreensível que pelas normas do BACEN esses indicadores apresentem grande divergência.

BRGAAP 2011								IFRS 2011					
	Indicadores	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Rentabilidade e Lucratividade	Retorno sobre o PL	21%	5%	20%	6%	21%	13%	20%	17%	19%	10%	21%	11%
	Retorno sobre o investimento Total	1,37%	0,43%	1,46%	0,76%	2,39%	0,89%	1,46%	1,38%	1,54%	1,93%	2,44%	0,61%
	Margem Líquida	13,23%	14,04%	13,71%	6,38%	15,25%	4,47%	13,63%	12,99%	13,12%	14,98%	16,36%	2,99%
	Lucratividade dos Ativos	10,35%	3,08%	10,68%	11,97%	15,67%	19,93%	10,71%	10,61%	11,73%	12,91%	14,89%	20,30%
	Custo Médio de Captação	19,80%	9,31%	61,72%	51,07%	12,73%	18,40%	24,76%	19,78%	54,67%	28,50%	18,42%	25,60%
	Juros Passivos	7,52%	-1,58%	9,38%	-8,99%	-8,54%	13,50%	7,23%	-5,02%	6,49%	-5,97%	-6,72%	12,76%
	Retorno Médio das operações de Créditos	26,81%	4,78%	60,80%	30,11%	41,30%	26,71%	18,32%	30,20%	25,84%	25,51%	27,12%	46,31%
	Eficiência	8,63%	13,37%	31,06%	21,09%	22,76%	28,04%	19,66%	35,54%	26,59%	36,78%	20,36%	35,48%

Quadro 12 – Indicadores Financeiros de Rentabilidade e Lucratividade (2011)

Fonte: o autor

No grupo de rentabilidade e Lucratividade, as oscilações entre as normas estudadas, não foram tão expressivas no ano de 2011, salvo exceção de algumas

instituições como Santander e Itaú nos indicadores de Eficiência, custo médio de captação e retorno do PL.

O retorno sobre o Patrimônio líquido para o Itaú teve um aumento de 230% na Norma Internacional, fato que pode ser facilmente explicado devido a classificação de risco das operações de créditos, já que pelas normas brasileiras, há forte impacto na provisão de créditos, o que afeta também os resultados das Instituições financeiras.

No quesito custo médio de captações, para os bancos, Banco do Brasil, Itaú e Mercantil, é mais caro as captações nas normas Internacionais, o que vem contra ao esperado, já que o custo médio de captação tem forte relação com a taxa SELIC, sendo compreensível que esse indicador fosse maior nas normas brasileiras assim como acontece com o Bradesco e Santander, que possui um custo 11% e 44% maior no BRGAAP do que em IFRS.

No quesito de eficiência, que tem por função revelar a produtividade das empresas financeiras, pelas normas brasileiras, ficou evidente uma maior produtividade, apenas Bradesco e Banrisul apresentaram uma necessidade de menor estrutura operacional seguindo as Normas Internacionais.

Por fim no que se trata do grupo de rentabilidade e liquidez e conforme destaca Assaf Neto (2012) a taxa de rentabilidade das instituições é formada principalmente pelo giro alto dos recursos próprios, permitindo que a instituição faça a alavancagem da rentabilidade.

Nesse contexto e para o ano de 2011 o banco que trabalha com mais alto spread; cujo é identificado por meio da variação do custo médio de captação e o retorno médio das operações de crédito; é o Banrisul em BRGAAP e o Mercantil em IFRS, evidenciando uma atraente utilização de capital de terceiros.

Para o ano de 2012, e em se tratando do grupo de Solvência e Liquidez, todas as instituições financeiras apresentaram melhoras em relação ao ano anterior, principalmente na norma Internacional, onde a melhora foi mais significativa.

BRGAAP 2012								IFRS 2012					
	Indicadores	BRGAAP 2012						IFRS 2012					
		Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Solvência e Liquidez	Encaixe Voluntário	0,1534	0,4000	0,2969	0,3401	0,2378	0,3155	0,8080	0,4003	1,5896	4,0909	2,2901	4,0293
	Liquidez Imediata	3,1524	5,6135	5,1748	4,0758	1,5875	7,1858	2,2938	14,4466	6,8192	9,7641	5,7398	4,7702
	Empréstimos sobre Depósitos	1,2394	1,8884	0,3889	1,4622	0,4311	0,9922	1,0964	1,4043	1,2763	1,2043	0,9382	1,3852
	Participação dos Empréstimos	0,5448	0,4527	0,1110	0,4036	0,2481	0,5067	0,4593	0,3565	0,3365	0,5370	0,5272	0,7501

Quadro 13 – Indicadores Financeiros de Solvência e Liquidez (Ano 2012)

Fonte: o autor

No encaixe voluntário, apenas o Banco Itaú manteve o mesmo indicador nas versões IFRS e BRGAAP, ou seja, independente da norma contábil a instituição financeira apresentou um índice de 0,4 de encaixe, identificando uma baixa capacidade financeira imediata. As outras instituições tiveram melhoria significativa na norma Internacional, sendo destaque o banco Mercantil que apresentou um índice de 0,31 no BRGAAP, contra 4,02 no IFRS, revelando que pela norma internacional sua capacidade financeira imediata é melhor, no entanto valores elevados de encaixe voluntário podem também comprometer aplicações rentáveis em empréstimos e financiamentos.

O indicador de liquidez imediata assim como no ano anterior, apresentou um cenário mais positivo nas demonstrações IFRS, sendo o banco Itaú o mais impactado, assim como no ano de 2011. Tendo em vista que quando maior que 1 a liquidez é mais favorável o Itaú apresentou em IFRS uma liquidez de 14, contra 5 no balanço BRGAAP.

Outra Instituição que apresentou diferença significativa no indicador de liquidez foi o banco Mercantil que ao contrário do Itaú teve a liquidez reduzida em 30% no balanço IFRS.

BRGAAP 2012								IFRS 2012					
	Indicadores	BRGAAP 2012						IFRS 2012					
		Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Capital e Risco	Independência Financeira	5,84%	7,32%	8,30%	13,37%	9,86%	6,19%	6,43%	7,94%	8,92%	18,73%	10,18%	5,99%
	Relação Capital / Depositante	13,29%	30,52%	101,67%	19,22%	17,13%	10,31%	15,35%	31,27%	26,52%	41,99%	18,10%	11,06%
	Imobilização do capital próprio	59,73%	17,80%	184,23%	62,92%	13,87%	51,66%	27,53%	13,55%	21,39%	44,49%	5,90%	15,60%

Quadro 14 – Indicadores Financeiros de Capital e Risco (Ano 2012)

Fonte: o autor

O grupo de capital e risco no que tange ao indicador independência financeira, não teve grandes variações, ao contrário da imobilização do capital que

oscilou significativamente, tendo em IFRS um impacto menor quando comparado ao BRGAAP.

Assim como em 2011, o Bradesco foi a instituição com maior variação, sendo em BRGAAP 184% de imobilização, contra 21% no IFRS.

		BRGAAP 2012						IFRS 2012					
Indicadores		Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Rentabilidade e Lucratividade	Retorno sobre o PL	20%	5%	16%	5%	18%	7%	17%	17%	16%	7%	17%	16%
	Retorno sobre o investimento Total	1,17%	0,34%	1,35%	0,68%	1,74%	0,41%	1,12%	1,38%	1,42%	1,30%	1,75%	0,95%
	Margem Líquida	13,08%	14,83%	14,46%	5,77%	12,91%	2,42%	12,11%	12,99%	13,21%	10,43%	13,96%	5,14%
	Lucratividade dos Ativos	8,98%	2,32%	9,32%	11,76%	13,49%	17,06%	9,29%	10,61%	10,75%	12,46%	12,56%	18,41%
	Custo Médio de Captação	18,99%	9,72%	70,78%	48,07%	11,58%	14,02%	24,87%	19,78%	38,10%	24,91%	13,86%	19,25%
	Juros Passivos	6,36%	1,12%	7,49%	8,39%	7,44%	11,48%	6,31%	5,02%	4,96%	4,98%	5,27%	9,37%
	Retorno Médio das operações de Créditos	26,89%	4,21%	58,93%	28,48%	39,53%	24,55%	14,45%	28,24%	22,97%	23,20%	23,82%	39,71%
	Eficiência	12,64%	19,40%	32,94%	23,66%	26,23%	27,73%	23,72%	35,54%	27,18%	49,60%	21,92%	41,45%

Quadro 15 – Indicadores Financeiros de Rentabilidade e Lucratividade (2012)

Fonte: o autor

No grupo de Rentabilidade e lucratividade, para o ano de 2012 e envolvendo o indicador de Retorno sobre o Patrimônio líquido, assim como no ano anterior, apenas o Itaú teve uma discrepância significativa entre as normas, já que pelas normas internacionais o retorno sobre o patrimônio líquido da Instituição aumenta em mais de 300%.

No que tange ao retorno sobre o investimento total, não houve variação relevante, assim como a margem líquida.

O retorno médio das operações de crédito com exceção das instituições Itaú e Mercantil, todos os outros bancos tiveram um menor retorno pela norma IFRS. No entanto quando se trata do custo médio de captação, o Itaú apresentou um custo mais elevado na norma IFRS, ficando com seu spread menor quando comprado ao BRGAAP.

Diferentemente do Itaú, o banco Mercantil apresentou um retorno médio das operações de crédito, maior e um custo de captação menor nos padrões contábeis internacionais, evidenciando seu spread superior em relação ao balanço BRGAAP.

Na análise do índice de eficiência, mais uma vez as normas brasileiras de contabilidade mostrou mais favorável em relação às normas internacionais seguindo o histórico do ano anterior.

O ano de 2013 no que tange ao grupo de solvência e liquidez foi; com base nos indicadores; o melhor ano quando comparado à anos anteriores nas normas brasileiras.

BRGAAP 2013								IFRS 2013					
Indicadores		Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Solvência e Liquidez	Encaixe Voluntário	0,14	0,39	0,28	0,33	0,22	0,32	0,91	0,39	1,96	3,32	1,33	3,48
	Liquidez Imediata	3,26	4,11	5,00	4,45	0,37	7,19	2,36	11,98	7,39	8,31	6,19	4,41
	Empréstimos sobre Depósitos	1,43	1,94	0,48	1,68	0,44	0,99	1,22	1,42	1,41	1,29	0,84	1,29
	Participação dos Empréstimos	0,56	0,48	0,13	0,40	0,25	0,51	0,49	0,38	0,36	0,57	0,53	0,74

Quadro 16 – Indicadores Financeiros de Solvência e Liquidez (Ano 2013)

Fonte: o autor

Já em IFRS houve algumas oscilações, principalmente no que refere se ao indicador de liquidez imediata, que para as instituições Itaú e Mercantil houve queda na liquidez quando comparado aos anos anteriores.

BRGAAP 2013								IFRS 2013					
Indicadores		Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Capital e Risco	Independência Financeira	5,71%	7,33%	8,04%	12,22%	9,69%	6,30%	6,57%	8,20%	8,60%	18,02%	9,86%	6,84%
	Relação Capital / Depositante	14,44%	29,53%	75,43%	17,49%	16,66%	10,10%	16,55%	30,68%	23,71%	40,80%	17,41%	11,87%
	Imobilização do capital próprio	49,76%	21,71%	182,56%	52,38%	13,45%	56,50%	22,15%	14,68%	22,35%	44,03%	5,90%	15,80%

Quadro 17 – Indicadores Financeiros de Capital e Risco (Ano 2013)

Fonte: o autor

No grupo de Capital e Risco, assim como nos anos anteriores, apenas o indicador do capital imobilizado teve grandes divergências na comparação das normas, sendo destaque o Banco mercantil e o Bradesco que reduziu mais de 160 pontos percentuais seu grau de imobilização no balanço IFRS.

A relação capital depositante que segundo Assaf Neto (2012) analisa para cada R\$1,00 de captação dos bancos, sob forma de depósitos, quanto desses foi aplicado em recursos próprios. Dentro desse contexto, em 2013 o Itaú foi o único banco que apresentou uma aplicação de suas captações em recursos próprios menor em IFRS quando comparado à normas brasileiras.

BRGAAP 2013								IFRS 2013					
Rentabilidade e Lucratividade	Indicadores	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
	Retorno sobre o PL	23%	6%	17%	3%	15%	0%	15%	20%	17%	7%	14%	9%
	Retorno sobre o investimento Total	1,29%	0,42%	1,36%	0,32%	1,49%	0,01%	0,97%	1,61%	1,49%	1,29%	1,38%	0,61%
	Margem Líquida	15,26%	17,74%	15,60%	2,99%	12,05%	0,03%	10,79%	17,43%	16,07%	11,42%	12,02%	3,09%
	Lucratividade dos Ativos	8,46%	2,37%	8,73%	10,56%	12,37%	17,94%	9,00%	9,23%	9,27%	11,30%	11,52%	19,89%
	Custo Médio de Captação	22,08%	12,34%	96,32%	51,34%	12,31%	12,79%	30,37%	16,90%	31,50%	27,95%	13,80%	20,88%
	Juros Passivos	6,43%	1,31%	7,89%	8,14%	6,77%	13,36%	6,40%	4,51%	4,94%	5,02%	5,69%	10,81%
	Retorno Médio das operações de Créditos	24,92%	4,02%	51,04%	25,28%	34,09%	26,78%	13,84%	24,17%	23,69%	19,79%	21,85%	44,28%
Eficiência	12,70%	12,47%	32,55%	24,52%	27,38%	30,04%	23,32%	29,08%	31,54%	47,76%	23,29%	41,46%	

Quadro 18 – Indicadores Financeiros de Rentabilidade e Lucratividade (Ano 2013)

Fonte: o autor

Em se tratando de rentabilidade e lucratividade, em 2013, pelas normas internacionais de contabilidade, 75% dos indicadores tiveram queda, ao contrario das normas BRGAAP que aumentaram em 75%.

O custo médio de captação do Banco do Brasil aumentou em 8 p.p pelo balanço IFRS, enquanto que o retorno médio das operações de crédito caiu 11 p.p, isso impacta diretamente no cálculo do spread que fica menor no balanço IFRS em comparação as normas internacionais.

Já para o Itaú no balanço IFRS, tanto o custo médio de captação quanto o retorno médio das operações de crédito aumentaram sendo esta última um aumento expressivo o que impactou positivamente no spread da instituição. Assim pelas normas internacionais o Itaú teve um spread superior às normas brasileiras.

O Bradesco foi um dos bancos mais impactados no que se refere ao custo de captação e o retorno médias das operações. Pelas normas brasileiras o custo de captação foi superior ao retorno das operações de crédito, em IFRS esse indicador piorou significativamente sendo o custo médio de captação superior em 47%.

Sendo o oposto do Bradesco o cenário ideal para o banco Santander no que se refere ao spread é a visão IFRS, já que pela norma internacional, seu spread não fica com um excelente indicador, mas apresenta-se muito superior em relação à norma brasileira. No que se refere à margem líquida o balanço IFRS também foi favorável, saindo de 2,99% de margem líquida no padrão brasileiro para 11,42% no padrão IFRS.

O padrão contábil brasileiro foi favorável para o Banrisul no ano de 2012, todos os indicadores se mostraram superior nas normas brasileiras, conseqüentemente seu spread foi melhor, bem como o retorno do PL e a margem líquida. Em 2013 o Banco Mercantil apresentou um lucro líquido muito inferior ao ano de 2012, e essa diminuição no lucro obteve mais impacto nas normas brasileiras os principais indicadores do grupo de lucratividade e rentabilidade caíram sendo o de maior impacto o retorno sobre o patrimônio líquido que reduziu de 7% em 2012 para 0,10% em 2013. Pelas normas internacionais o impacto da redução do lucro foi menor, conseqüentemente a redução do retorno do PL em comparação ao ano anterior também foi menor fechando 2013 com um retorno de 9% contra 0,10 % no balanço BRGAAP.

Por fim no que tange ao grupo de rentabilidade e solvência, o padrão internacional foi favorável na maioria das instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou identificar qual seria o impacto econômico financeiro que as divergências entre as normas Internacionais de Contabilidade x Norma do Banco Central causam nas Demonstrações Contábeis de Instituições Financeiras de capital aberto e com mais de um milhão de clientes.

Por meio deste estudo, foi possível identificar que os bancos devem produzir duas demonstrações financeiras, uma conforme as normas internacionais para fins de divulgação na Bovespa e seus *stakeholders* e outra demonstração nos padrões contábeis de acordo com o COSIF e normas BACEN.

Para responder a essa questão de pesquisa, foram selecionados seis bancos de capital aberto que divulgam suas demonstrações contábeis, e posteriormente foram analisados quinze indicadores financeiros de duas formas: a primeira foi calculada com balanços publicados nas normas IFRS e a segunda com balanços publicados conforme determina o Banco Central do Brasil.

Todos os indicadores foram calculados individualmente seguindo o divulgado por cada instituição.

As respostas não foram tão oscilantes de ano para ano, no entanto foram bem conclusivas quando se procura evidenciar a diferenças entre as normas contábeis IFRS e BRGAAP.

Foi observado que salvo algumas instituições o balanço IFRS foi mais conservador em relação ao BRGAAP, o que já era esperado, já que a tendência do IFRS é ser mais transparente, porém sem tantos riscos.

Os principais ajustes contábeis provocados pelas normas internacionais de contabilidade que influenciaram nas divergências encontradas foram: na provisão de perdas estimadas, a qual pela norma do BACEN é calculada pela perda estimada e pelo IFRS, pela perda incorrida. Não menos importante é o ajuste referente aos intangíveis, que no IFRS é alocado em unidade geradora de caixa enquanto que pela norma brasileira o valor é alocado todo valor em conta ágio por incorporação.

Após a análise detalhada dos indicadores, pode-se concluir que a adoção do IFRS trouxe mudanças significativas nas demonstrações financeiras também das empresas bancárias e que se mostrou mais conservadora ao divulgar os relatórios financeiros mais transparentes, e com a clareza exigida pelo padrão internacional.

No entanto quando se avalia os resultados, é notório perceber que a contabilidade brasileira divulga resultados mais conservadores, o que se pode ser facilmente explicado quando se analisa a classificação dos ativos, critério estipulado pelas normas do BACEN e que é utilizado na constituição da PECLD.

Assim todo cliente que possui uma operação de crédito em atraso na instituição financeira acaba por contaminar toda sua carteira de crédito, por definições de risco utilizadas pelas instituições e homologadas pelo BACEN e os CPC's, a PECLD nos padrões brasileiros é constituída por risco do cliente. Os padrões internacionais também classificam a carteira de crédito de seus clientes, no entanto tratam operações por operações na hora de constituir a PECLD avaliando o risco da operação não do cliente.

Por fim com a constituição de PECLD maior, os resultados nos padrões contábeis brasileiros tendem a ser menores do que aqueles utilizados pela norma IFRS.

Esse fato ficou bem notório na avaliação do banco mercantil no ano de 2013 onde pelas normas brasileiras foi constituída uma provisão de crédito 30% maior que o ano anterior, causando um impacto direto no resultado líquido do ano, já nos padrões internacionais houve a redução do lucro, mas com um impacto menos significativo.

A partir dos resultados dessa pesquisa, pode-se concluir que as normas contábeis internacionais causam impacto diretamente na estrutura do balanço, e na

classificação das contas, causando distorção nos cálculos dos índices quando comparamos pelo balanço BRGAAP. Ademais há impacto significativo nas contas de resultados já que a classificação dos ativos para a constituição da PECLD pelas normas brasileiras tende a ser mais conservadora devido ao risco das operações definidas pelas normas do BACEN.

Estudos complementares, que analisem as operações considerando o risco da carteira de crédito são sugeridos, assim como a análise mais abrangente dos efeitos do IFRS no resultado das instituições financeiras e qual é o verdadeiro impacto no conservadorismo contábil.

6 REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro comércio e serviços, industriais, bancos comerciais e múltiplos**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO. Finanças e Valor. **Finanças corporativas e Valor no Brasil**. Disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/>. Acesso em 05 set.2014

BRASIL. **BANCO CENTRAL DO BRASIL**. Circular 3.082. Critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default>. Acesso em; 30 ago.2014.

_____. Circular 1.723. Plano Contábil das Instituições do sistema Financeiro Nacional – COSIF. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default>. Acesso em; 30 ago.2014

BRASIL. **IFRS Foundation and IASB**. Disponível em: <http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical>. Acesso em; 23 ago.2014

BRASIL. **Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN**. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/>. Acesso em: 19 Jun.2014

BRASIL. **Normativos do Banco Central**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/principal.asp>. Acesso em: 21 jun.2014

BEUREN, I. M. (Org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Pronunciamentos Técnicos**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em: 05 ago. 2014.

CORRÊA, Andrea Agresta; SZUSTER, Natan. **BR GAAP x IFRS: divergências das Demonstrações Contábeis nas instituições financeiras**. Pensar Contábil, v. 15, n. 58, p. 4-13, 2013.

COSTA, Patrícia de Souza. Implicações das normas das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo. São Paulo 2012.

.IASB – International Accounting Standards Board. IAS 39. Instrumentos Financeiros, reconhecimento e mensuração. Disponível em: < <http://www.ifrs.org>> Acesso em: 18 ago. 2014

IBRACON. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/> Acesso em: 06 set. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIAS José B; PONTE, Vera M R; OLIVEIRA, Marcelle C; LUCCA Márcia M M. **Impactos da Adoção das IFRS nas Demonstrações Contábeis Consolidadas dos Bancos listados na BM&FBovespa**. Revista Universa Contábil. V.10 n.2 2014.

GOULART, A. M. C. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). São Paulo: FEAUSP, 2003.

LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Processo de evidenciação de informações para o mercado de capitais internacional: um estudo comparativo das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras e internacionais**. Trabalho publicado nos Anais do 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Outubro de 2004.

MATARAZZO D. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 2ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2005.

MATARAZZO, D.C. **Análise Financeira de Balanços**. São Paulo, 5ª Ed. Editora Atlas, 1998.

MULLER, Aderbal Nicolas; SCHERER, Luciano Marcio. **Contabilidade Avançada e Internacional**. 3ª Ed. São Paulo. Saraiva, 2012.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, João José dos. IFRS: **Manual de Contabilidade Internacional**. São Paulo: Lex Editora, 2008.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, R. B. **Impactos da Implementação parcial dos IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, FEA-RP/USP, 2010.

7 APÊNDICE

Apêndice 1: Análise de Desempenho das Instituições IFRS x BRGAAP 2011

Apêndice 2: Análise de Desempenho das Instituições IFRS x BRGAAP 2012

Apêndice 3: Análise de Desempenho das Instituições IFRS x BRGAAP 2013

Apêndice 1: Análise de Desempenho das Instituições IFRS x BRGAAP 2011

BRGAAP 2011								IFRS 2011					
	Indicadores	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Solvência e Liquidez	Encaixe Voluntário	0,15	0,37	0,66	0,33	0,20	0,23	0,80	0,37	2,65	4,86	1,88	2,90
	Liquidez Imediata	2,82	4,38	3,74	3,79	1,03	5,01	2,70	13,88	6,78	10,41	4,91	3,59
	Empréstimos sobre Depósitos	1,10	1,73	0,46	1,23	0,46	0,87	0,97	1,33	1,13	1,16	0,94	1,35
	Participação dos Empréstimos	0,53	0,49	0,12	0,39	0,27	0,59	0,42	0,39	0,34	0,51	0,55	0,76
Capital e Risco	Independência Financeira	6,63%	8,38%	7,38%	13,84%	11,63%	7,02%	7,39%	7,94%	8,24%	19,19%	11,80%	5,52%
	Relação Capital / Depositante	13,83%	29,41%	44,51%	19,70%	19,43%	10,36%	17,24%	31,27%	24,21%	44,07%	20,23%	9,82%
	Imobilização do capital próprio	58,93%	16,69%	191,51%	62,01%	14,27%	55,46%	28,69%	13,55%	23,63%	44,55%	7,02%	17,56%
Rentabilidade e Lucratividade	Retorno sobre o PL	21%	5%	20%	6%	21%	13%	20%	17%	19%	10%	21%	11%
	Retorno sobre o investimento Total	1,37%	0,43%	1,46%	0,76%	2,39%	0,89%	1,46%	1,38%	1,54%	1,93%	2,44%	0,61%
	Margem Líquida	13,23%	14,04%	13,71%	6,38%	15,25%	4,47%	13,63%	12,99%	13,12%	14,98%	16,36%	2,99%
	Lucratividade dos Ativos	10,35%	3,08%	10,68%	11,97%	15,67%	19,93%	10,71%	10,61%	11,73%	12,91%	14,89%	20,30%
	Custo Médio de Captação	19,80%	9,31%	61,72%	51,07%	12,73%	18,40%	24,76%	19,78%	54,67%	28,50%	18,42%	25,60%
	Juros Passivos	7,52%	-1,58%	9,38%	-8,99%	-8,54%	13,50%	7,23%	-5,02%	6,49%	-5,97%	-6,72%	12,76%
	Retorno Médio das operações de Créditos	26,81%	4,78%	60,80%	30,11%	41,30%	26,71%	18,32%	30,20%	25,84%	25,51%	27,12%	46,31%
	Eficiência	8,63%	13,37%	31,06%	21,09%	22,76%	28,04%	19,66%	35,54%	26,59%	36,78%	20,36%	35,48%

Apêndice 2: Análise de Desempenho das Instituições IFRS x BRGAAP 2012

		BRGAAP 2012						IFRS 2012					
Indicadores		Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Solvência e Liquidez	Encaixe Voluntário	0,1534	0,4000	0,2969	0,3401	0,2378	0,3155	0,8080	0,4003	1,5896	4,0909	2,2901	4,0293
	Liquidez Imediata	3,1524	5,6135	5,1748	4,0758	1,5875	7,1858	2,2938	14,4466	6,8192	9,7641	5,7398	4,7702
	Empréstimos sobre Depósitos	1,2394	1,8884	0,3889	1,4622	0,4311	0,9922	1,0964	1,4043	1,2763	1,2043	0,9382	1,3852
	Participação dos Empréstimos	0,5448	0,4527	0,1110	0,4036	0,2481	0,5067	0,4593	0,3565	0,3365	0,5370	0,5272	0,7501
Capital e Risco	Independência Financeira	5,84%	7,32%	8,30%	13,37%	9,86%	6,19%	6,43%	7,94%	8,92%	18,73%	10,18%	5,99%
	Relação Capital / Depositante	13,29%	30,52%	101,67%	19,22%	17,13%	10,31%	15,35%	31,27%	26,52%	41,99%	18,10%	11,06%
	Imobilização do capital próprio	59,73%	17,80%	184,23%	62,92%	13,87%	51,66%	27,53%	13,55%	21,39%	44,49%	5,90%	15,60%
Rentabilidade e Lucratividade	Retorno sobre o PL	20%	5%	16%	5%	18%	7%	17%	17%	16%	7%	17%	16%
	Retorno sobre o investimento Total	1,17%	0,34%	1,35%	0,68%	1,74%	0,41%	1,12%	1,38%	1,42%	1,30%	1,75%	0,95%
	Margem Líquida	13,08%	14,83%	14,46%	5,77%	12,91%	2,42%	12,11%	12,99%	13,21%	10,43%	13,96%	5,14%
	Lucratividade dos Ativos	8,98%	2,32%	9,32%	11,76%	13,49%	17,06%	9,29%	10,61%	10,75%	12,46%	12,56%	18,41%
	Custo Médio de Captação	18,99%	9,72%	70,78%	48,07%	11,58%	14,02%	24,87%	19,78%	38,10%	24,91%	13,86%	19,25%
	Juros Passivos	6,36%	1,12%	7,49%	8,39%	7,44%	11,48%	6,31%	5,02%	4,96%	4,98%	5,27%	9,37%
	Retorno Médio das operações de Créditos	26,89%	4,21%	58,93%	28,48%	39,53%	24,55%	14,45%	28,24%	22,97%	23,20%	23,82%	39,71%
	Eficiência	12,64%	19,40%	32,94%	23,66%	26,23%	27,73%	23,72%	35,54%	27,18%	49,60%	21,92%	41,45%

Apêndice 3: Análise de Desempenho das Instituições IFRS x BRGAAP 2013

		BRGAAP 2013					
	Indicadores	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil
Solvência e Liquidez	Encaixe Voluntário	0,14	0,39	0,28	0,33	0,22	0,32
	Liquidez Imediata	3,26	4,11	5,00	4,45	0,37	7,19
	Empréstimos sobre Depósitos	1,43	1,94	0,48	1,68	0,44	0,99
	Participação dos Emprestimos	0,56	0,48	0,13	0,40	0,25	0,51
Capital e Risco	Independência Financeira	5,71%	7,33%	8,04%	12,22%	9,69%	6,30%
	Relação Capital / Depositante	14,44%	29,53%	75,43%	17,49%	16,66%	10,10%
	Imobilização do capital próprio	49,76%	21,71%	182,56%	52,38%	13,45%	56,50%
Rentabilidade e Lucratividade	Retorno sobre o PL	23%	6%	17%	3%	15%	0%
	Retorno sobre o investimento Total	1,29%	0,42%	1,36%	0,32%	1,49%	0,01%
	Margem Líquida	15,26%	17,74%	15,60%	2,99%	12,05%	0,03%
	Lucratividade dos Ativos	8,46%	2,37%	8,73%	10,56%	12,37%	17,94%
	Custo Médio de Captação	22,08%	12,34%	96,32%	51,34%	12,31%	12,79%
	Juros Passivos	6,43%	1,31%	7,89%	8,14%	6,77%	13,36%
	Retorno Médio das operações de Créditos	24,92%	4,02%	51,04%	25,28%	34,09%	26,78%
	Eficiência	12,70%	12,47%	32,55%	24,52%	27,38%	30,04%

		IFRS 2013					
	Bco Brasil	Itau Uni.	Bradesco	Santander	Banrisul	Mercantil	
	0,91	0,39	1,96	3,32	1,33	3,48	
	2,36	11,98	7,39	8,31	6,19	4,41	
	1,22	1,42	1,41	1,29	0,84	1,29	
	0,49	0,38	0,36	0,57	0,53	0,74	
	6,57%	8,20%	8,60%	18,02%	9,86%	6,84%	
	16,55%	30,68%	23,71%	40,80%	17,41%	11,87%	
	22,15%	14,68%	22,35%	44,03%	5,90%	15,80%	
	15%	20%	17%	7%	14%	9%	
	0,97%	1,61%	1,49%	1,29%	1,38%	0,61%	
	10,79%	17,43%	16,07%	11,42%	12,02%	3,09%	
	9,00%	9,23%	9,27%	11,30%	11,52%	19,89%	
	30,37%	16,90%	31,50%	27,95%	13,80%	20,88%	
	6,40%	4,51%	4,94%	5,02%	5,69%	10,81%	
	13,84%	24,17%	23,69%	19,79%	21,85%	44,28%	
	23,32%	29,08%	31,54%	47,76%	23,29%	41,46%	